

(IN) SEGURANÇA PÚBLICA : INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Em celulares, provas da atuação do PCC no transporte em Campinas

Telefones mantinham fotos e documentos que mostram a infiltração da facção em cooperativa da cidade, afirma MP

MARCELO GODOY
HEITOR MAZZOCO

Foi nos telefones celulares de Claudemir Antonio Bernardino da Silva, o Guinho, que o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, encontrou algumas das principais provas da ação exercida por criminoso do Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público da terceira maior cidade do Estado: Campinas.

Com 1,13 milhão de habitantes, a cidade é o centro de uma região que abriga um dos maiores complexos prisionais de São Paulo dominado pelo PCC. Os celulares de Guinho foram apreendidos na Operação Sumidouro, que investigava rede de traficantes que usava galerias pluviais da cidade. O **Estado** teve acesso ao relatório sigiloso da análise dos telefones. Ali estão fotografias que retratam tráfico de armas e drogas, execução de rivais e operação dos ônibus, além de mensagens, documentos e comprovantes de depósitos trocados pelos criminosos.

Condenado a 21 anos de prisão por tráfico de drogas, Guinho é sobrinho de Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, líder do PCC que, segundo a polícia, foi responsável pela morte do então prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, em 2001. Andinho cumpre 700

anos de condenação por sequestro, assassinato, tráfico de drogas e organização criminosa na Penitenciária Federal em Brasília. Recentemente, ele e outros dois líderes da facção romperam com Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, causando um racha na direção da organização criminosa.

ESCONDERIJOS. De acordo com o Gaeco, a quadrilha de Guinho alugava casas em condomínios fechados na região de Campinas para usar como esconderijos de drogas e armas. Parte do material e mais de R\$ 300 mil foram apreendidos em buscas feitas em 2022 no Residencial Botânico, onde Guinho foi preso.

Na ação, os investigadores apreenderam celulares nos quais foram encontrados os arquivos que ligam a quadrilha ao sistema de transporte de Campinas. A exemplo do que ocorreu em São Paulo no começo dos anos 2000, em Campinas o PCC também se infiltrou no setor por meio do transporte clandestino de passageiros feito por perueiros.

O Relatório de Análise do Material Apreendido mostra a estrutura da organização do traficante e como ele controlava a venda de drogas na região. Além disso, os investigadores localizaram provas de como o dinheiro do tráfico era investido em imóveis e no transporte público por meio de perueiros ligados à cooperativa Altercamp. Contas bancárias de cooperados seriam usadas por Guinho e pela mulher do traficante para movimentar dinheiro até para o pagamento de despesas pessoais do casal.

Pelas mensagens, os promotores descobriram que Guinho participava de reuniões

Imagens e mensagens sobre compra e venda de armas encontradas nos celulares apreendidos pelo Gaeco durante a Operação Sumidouro



FOTOS: REPRODUÇÃO / MINISTÉRIO PÚBLICO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

com permissionários da prefeitura de Campinas, recolhia o dinheiro obtido com os ônibus e cuidava da manutenção de sua frota, além de pagar propina mensalmente a fiscais do

Apuração
Prefeitura de Campinas informou que sindicância aberta não identificou indicio de irregularidade

sistema de transportes. Diz o relatório: “Guinho explora, de maneira clandestina, mediante uso do nome de cooperados formais, o transporte público urbano, possuindo três prefi-

xos, cada um com dois veículos coletivos operando, da cooperativa Altercamp, contratada pela municipalidade de Campinas como prestadora do serviço público”.

'LARANJAS'. Para tanto, o traficante usaria “laranjas” em nome de quem registravam ônibus de sua propriedade. O Gaeco prossegue: “O traficante parece contar com a convivência de indivíduos em cargos de posição dentro da cooperativa que permitem que ele faça uso de terceiros para lucrar com o transporte sem que seu nome figure no fornecimento do transporte coletivo”. Os celulares tinham ainda documentos

como pagamentos de IPTU, investimentos em imóveis e no agronegócio e imagens de outros integrantes da quadrilha. O traficante aparece em vídeos escolhendo fuzis.

Em julho de 2023, a sede da cooperativa foi alvo de busca e apreensão. Em setembro, a Justiça aceitou a denúncia e decidiu processar 31 acusados por lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. A Promotoria conseguiu na Justiça o sequestro de seis ônibus que seriam de Guinho e o afastamento da cooperativa de um diretor acusado de ligação com a facção. Todos os denunciados foram proibidos de explorar linhas de transporte público no Estado.

SINDICÂNCIA. A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) informou que os termos de permissão são assinados com cada um dos ônibus, não tendo contato com a cooperativa. Segundo o órgão, uma comissão de sindicância foi aberta em 2023 e, após 68 dias de apuração, não foram identificados indícios de irregularidade ou de favorecimento à Altercamp. “Após a análise de todas as informações, a comissão observou que os dados apresentados pela Altercamp, em comparação com as demais cooperativas e empresas do sistema, não se sobressaem”, diz trecho do documento final da comissão.

“A investigação da atuação do PCC se dá sobre três linhas de uma das cooperativas que atendem o transporte alternativo de Campinas”, (mas) o sistema, como um todo, é formado por cooperativas e empresas que somam frota de mais de 900 veículos. Portanto, o suposto envolvimento em três linhas está longe de configurar domínio do sistema”, declarou a Emdec, em nota.

A Altercamp afirmou que não é dona dos ônibus, apenas presta serviço aos seus proprietários. O **Estado** procurou a defesa de Guinho, mas não conseguiu localizá-la. ●

Ex-prefeito é cobrado em R\$ 828 mil por nomear envolvido com facção

Em 1.º de janeiro de 2017, Jarbas Ezequiel de Aguiar, à época no PV, tomou posse como prefeito de Biritiba-Mirim (SP). Sua primeira indicação no cargo foi para colocar Ronaldo Júlio de Oliveira, o Ronaldo Porco, na Secretaria de Governo e como tesoureiro. Sete anos depois, Aguiar – que hoje é professor – é cobrado na Justiça em R\$ 828 mil (valores de julho de 2023) por causa da escolha do auxiliar. Ele ainda perdeu os direitos políticos.

Aguiar foi condenado por nomear Ronaldo Porco, que, à época, já havia sido sentenciado em duas instâncias por lavar dinheiro para um integrante do PCC. Segundo o Ministério Público, o ex-prefeito, mesmo sabendo da condenação, o colocou na administração pública. O processo aberto em 2017 está em fase de execução. Nesta etapa, não há recursos para livrar o ex-prefeito da condenação imposta com base na Lei de Improbidade Adminis-

trativa. O MP se manifestou a favor da cobrança da dívida.

Investigação do Ministério Público apurou elo entre Ronaldo Porco e o integrante do PCC Carlos Alberto Silva, o “Balengo”. “Balengo dominava pontos de tráfico de drogas e integrava grupo criminoso que atuava no roubo a bancos”, disse o promotor Felipe Duarte Paes Bertolli. O criminoso morreu durante troca de tiros com policiais após roubo a banco, em Guarulhos, em

2008. Um policial morreu e 12 pessoas ficaram feridas. Um fuzil AR-15 foi apreendido.

“Após esse crime gravíssimo, investigações comprovaram que Ronaldo Porco, secretário de Governo escolhido por Jarbas Ezequiel de Aguiar, e sua esposa atuaram na lavagem de dinheiro de Balengo, integrante do PCC, mediante a aquisição de dois imóveis de luxo em Mogi das Cruzes e Bertioga”, afirmou o promotor.

SENTENÇA. Ao sentenciar o ex-prefeito, o juiz Bruno Machado Miano, da Vara da Fazenda de Mogi das Cruzes, disse que ficou comprovado que Aguiar sabia da atuação criminosa de Ronaldo Porco. “Para um ad-

ministrador que cuida da coisa pública, essa informação bastaria para mandar fazer pesquisa pormenorizada sobre a pessoa que estava nomeando.”

Biritiba-Mirim (SP)
Condenado por lavar dinheiro para integrante do PCC foi escolhido como secretário de Governo

Procurado, Aguiar limitou-se a afirmar que vai se inteirar dos fatos. Conforme o sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo, ele ainda não foi notificado do cumprimento de sentença. A defesa de Ronaldo Porco não foi localizada. ● M.G.E.H.M.

PRESTADO POR: P. pressreader